

SOCIEDADE CIVIL, SOCIEDADE POLÍTICA E AGRICULTURA NO BRASIL (1910 – 1945)

Sonia Regina de Mendonça¹

RESUMO: Fruto de pesquisa ainda em andamento, o trabalho focaliza as políticas agrícolas praticadas pelo Ministério da Agricultura na primeira metade do século XX correlacionando sua dinâmica aos interesses patronais agroindustriais organizados junto a dois aparelhos de hegemonia da sociedade civil do período: a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas agrícolas. Sociedade civil. Sociedade política.

ABSTRACT: The paper is part of an ongoing research, and focuses the agricultural politics performed by the Agriculture Ministry at the first half of 20th century in Brazil, interrelating its dynamics to the patronal interests organized by two hegemony agencies of the civil society in the period: the Agriculture National Society and the Brazilian Rural Society.

KEYWORDS: Agricultural politics. Civil society. Political society.

¹ Doutora em História pela USP. Docente junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFF; pesquisador I do CNPq. E-mail: srmendonca@uol.com.br.

Introdução

O Ministério da Agricultura costuma ser apresentado pela historiografia especializada como uma agência do Estado restrito brasileiro “inoperante” ou “de eficácia duvidosa”, sobretudo no que diz respeito à 1ª. República, somente tendo adquirido alguma visibilidade como objeto de investigação posteriormente ao movimento de 1930, face à sua integração ao projeto mais amplo de nacionalização das decisões econômicas, típico da redefinição do papel do Estado então em curso.

Tal tipo de análise, via de regra apoiada em dados relativos ao comércio exterior do Brasil, superfícies plantadas por produto ou às novas agências do Executivo criadas para gerir setores agrícolas específicos, elege 1930 como marco de inflexão por julgar ter ocorrido, justamente aí, o “nascimento” de uma “efetiva política agrícola”,² estudada a partir das reformas administrativas sofridas pelo Ministério e dos indicadores mencionados, tidos como suficientes para embasar conclusões sobre a maior “eficácia” da atuação do órgão apenas a partir deste período.

Aspectos a meu ver igualmente importantes na configuração de políticas públicas agrícolas, tais como a vinculação dos titulares e funcionários de primeiro escalão da Pasta a entidades da sociedade civil, suas trajetórias, a correlação de forças vigente na conjuntura ou mesmo a ênfase diferenciada no tratamento político de algumas temáticas relevantes – como a cooperativização agrícola ou práticas de assistência técnica a produtores de distintos portes – embora não contem com a mesma possibilidade de tratamento quantitativista, são subestimados pela historiografia especializada, como se apenas o “serial” pudesse respaldar estudos sobre a temática.

Em contraste a esse tipo de abordagem e considerando que toda política econômica é, simultaneamente, economia política e, enquanto tal, produto de uma dada correlação de

² MUELLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1983.

forças entre segmentos e/ou agências das sociedades civil e política – configurando o Estado como uma relação³ – procura-se, neste trabalho, focalizar o Ministério da Agricultura a partir de outro viés: o de sua imbricação a grupos de interesse institucionalizados na sociedade civil, cujas demandas esse organismo de Estado procurou atender no período delimitado pela análise, transformando-se num *lócus* privilegiado da neutralização de conflitos intraclasses dominante agroindustrial brasileira após 1930. Para tanto, buscar-se-á resgatar aspectos da história da agência, para verificar continuidades e descontinuidades em sua atuação, seus quadros e representatividade política posteriores ao movimento de 1930.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e a Sociedade Nacional de Agricultura na 1ª República

A abolição da escravidão e a República coroaram um processo de transformações estruturais por que passaram a economia e a sociedade brasileira desde o último quartel do século XIX o qual pode ser resumido, em sua essência, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Criavam-se as condições objetivas para o aprofundamento da dita *vocação eminentemente agrícola do país*⁴ e seu correlato, a *posição subordinada do país no seio da divisão internacional do trabalho*.

Se esse contexto conferia nova vitalidade, sobretudo à produção de mercadorias de realização externa – particularmente o café – ao mesmo tempo explicitava seu ponto nevrálgico: a intermediação comercial e financeira que, também externa, desviava da economia parte significativa do excedente produzido. O quadro socioeconômico e político mais geral do período foi marcado por um equilíbrio instável, ao sabor das oscilações na cotação internacional dos principais produtos primários

³ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁴ Para facilitar a leitura e compreensão do texto, optou-se pelo *itálico* como forma gráfica atribuída a toda e qualquer expressão de época.

exportáveis e de políticas públicas valorizadoras, de cunho pontual, voltadas à defesa da renda do principal segmento de grandes proprietários, a grande burguesia cafeeira paulista. Na virtualidade desse processo situaram-se, de modo ambíguo, a gênese e a expansão da própria industrialização brasileira, que inauguraria uma dinâmica de acumulação contrastiva, posto que calcada na realização produtiva interna.

Todo esse quadro evidenciaria uma crescente “politização da economia” brasileira⁵ quando, em face às dificuldades impostas pela crise de 1894 à comercialização internacional de boa parte dos tradicionais produtos exportados pelo país, à exceção do café, se agravaria a competitividade entre distintos segmentos da classe proprietária rural, em busca de alternativas para a colocação de sua produção. A principal delas – mormente para os complexos agrários açucareiro, algodoeiro e pecuarista, baseados no Nordeste e Sul do país – foi a reconversão produtiva para o mercado interno, agravando conflitos e disputas no seio da própria classe dominante.

Nessa conjuntura, segmentos da classe proprietária rural brasileira, sobretudo aqueles ligados aos setores econômica e politicamente “menos dinâmicos”, procuraram organizar-se, inaugurando uma reação cujos suportes residiram na hipervalorização do campo e da vida rural, bem como na reedição da vocação eminentemente agrícola do país, redefinida, agora, no sentido da diversificação produtiva para o abastecimento doméstico. A importância do controle do aparato estatal por parte desses agentes assumiria relevância, conferindo ao exercício da hegemonia paulista um caráter menos monolítico do que a historiografia costuma supor. Para tanto, iniciaram um movimento político-ideológico, organizado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA),⁶ configurando um projeto contra hegemônico

⁵ REIS, Elisa P. “Interesses Agro-exportadores e Construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo (Org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.

⁶ A institucionalização autônoma dos interesses agrários na sociedade civil avançaria após o turbulento período da consolidação republicana quando do retorno dos civis

no próprio seio da classe dominante agroindustrial brasileira do período.

A SNA, entidade de classe da sociedade civil brasileira com expressão nacional, guardou como sua principal característica em toda a 1ª República a total ausência, em seus quadros, de representantes da grande burguesia paulista. A análise da composição de suas Diretorias e Conselhos confirma essa assertiva,⁷ merecendo relevo, por outro lado, a participação maciça de porta-vozes dos complexos agrários do eixo Sul-Nordeste, com ênfase para fluminenses, gaúchos e pernambucanos. O estudo de suas três principais instâncias deliberativas entre 1897 e 1930, demonstra esse caráter de uma agremiação de classe contraposta às da grande burguesia de São Paulo, configurando um eixo alternativo de poder, referendado pelo teor das propostas veiculadas, em muito distintas das reivindicações daquela, mormente no que tange à força de trabalho. A SNA objetivou, de imediato, dois tentos: fortalecer/multiplicar a criação de novas entidades de classe sob sua direção⁸ e recriar uma agência

ao controle do Executivo. Da iniciativa dos chamados *Comícios Agrícolas* emergiu um grupo de 47 indivíduos que, reunidos em 1897, aprovou o estatuto formal da SNA, na sede da antiga *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Seu paradigma organizacional seria a instituição homônima criada na França, onde o movimento de *retour à la terre* encabeçado por Jules Méline gozava, então, de considerável reconhecimento, por constituir-se numa reação à depressão dos preços agrícolas pela via do protecionismo.

- 7 A análise conjunta dos integrantes das Diretorias Geral e Técnica da SNA demonstra a nítida preponderância de proprietários fluminenses em sua composição, bem como a ausência de articulações flagrantes com a grande burguesia paulista, registrando-se a presença de apenas um agro empresário oriundo desse estado – Augusto Ramos – e assim mesmo como porta-voz do Plano de Defesa da Produção Açucareira (1911). O caráter de agremiação estruturante das demandas de grupos de proprietários “secundários” ligados à agricultura para o mercado interno. Consultar quadros na obra MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 196-199.
- 8 Quanto a esse aspecto a SNA conseguiria efeitos imediatos, patrocinando intensa campanha em prol da fundação de entidades congêneres sob seu comando, chegando a enviar missões a quase todas as unidades da federação, de modo a constituir um leque de *sociedades filiais*. Assim, enquanto em 1899 havia no Brasil cerca de 80 agremiações do gênero, em 1908 esse total se elevaria para 188. MENDONÇA,

estatal – o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Maic) – que permitisse a inserção de seus membros junto à sociedade política. Após intensa campanha junto ao Legislativo e à Imprensa da capital federal,⁹ a Sociedade alcançaria seu objetivo em 1909, quando da implantação da Pasta, junto à qual seus mais destacados sócios se fizeram presentes, ocupando regularmente seu principal posto, após 1913.¹⁰

Três foram as principais bandeiras da Sociedade: a) a diversificação agrícola para o mercado interno; b) a *modernização* da agricultura pela difusão de ensino técnico e mecanização; c) o incentivo à emergência da pequena propriedade via estabelecimento de núcleos coloniais. Para atingir seus objetivos, os dirigentes da agremiação definiram estratégias de ação coerentes com a finalidade de garantir a seus representados maior capacidade de organização e poder político, destacando-se dentre elas a propaganda/formação de opinião no seio mesmo da classe dominante agroindustrial; a definição da Sociedade como órgão de consulta/prestação de serviços aos associados e sua progressiva afirmação como instrumento de pressão política junto ao Estado restrito.

Ainda que, genericamente, fosse admitido o papel-chave

ibidem, p. 93.

⁹ Em 1901, a SNA patrocinou o 1º Congresso Nacional de Agricultura realizado no Rio de Janeiro, cuja principal deliberação constou da proposta de recriação de um *Ministério técnico para a Agricultura*. Desse momento em diante, os sócios mais prestigiosos da agremiação, muitos deles deputados federais, abraçaram a campanha, atuando através de *lobbies* no Congresso, de palestras e encontros ou ainda da Imprensa da Capital, tendo por principal aliado o jornal *O Paiz*, seu grande porta-voz. MENDONÇA, ibidem, p. 118-120.

¹⁰ O ano de 1913 foi o marco consolidador da preponderância do grupo da SNA junto ao Ministério posto ter-se aí verificado o fim do que denominei de “interlúdio paulista”, ou seja, o predomínio inicial de porta-vozes da grande burguesia paulista junto à agência entre 1909 e 1913. Tal circunstância resultara de uma barganha política que procurou contemplar os interesses deste grupo que sempre fora contra a implantação da nova Pasta. Logo, a ossatura material inicial do Ministério foi organizada por representantes da então Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e da Secretaria de Agricultura daquele estado, que indicaram os três primeiros titulares da Pasta. A partir de 1913, todavia, dirigentes da SNA conseguiriam afastá-los do órgão. Para maiores detalhes ver MENDONÇA, ibidem, cap. 4.

da cafeicultura na sustentação da fortuna pública, a luta pela ampliação – em quantidade e qualidade – da produção agrícola para o mercado interno se impunha como cimento da unidade do grupo, contrapondo-se à *sampaulização progressiva* do país.¹¹

Ademais, a insistência com que a SNA representava o estado de abandono e desproteção da agricultura instituiu o Estado como agência coadjutora do processo de modernização a cumprir-se – uma vez mais divergindo da proposta das agremiações paulistas –, dele cobrando subsídios para seu projeto. Daí o papel-chave, para esse grupo, do Ministério da Agricultura que, malgrado em penúria orçamentária crônica – provocada pelos estrangimentos impostos pelos parlamentares paulistas junto à Comissão de Finanças da Câmara em toda a 1ª República¹² – administraria suas verbas e prioridades segundo os interesses da agremiação nacional que lhe emprestara sustentação e quadros.

O caráter do Ministério da Agricultura como articulador de um projeto nacional, à época contra hegemônico, pode ser corroborado a partir de duas variáveis: a distribuição interna de seus recursos orçamentários e as formas de sua intervenção junto à agricultura brasileira entre 1909 e 1930. Quanto ao primeiro ponto destaca-se que os Serviços ministeriais mais bem aquinhoados com verbas foram, em ordem decrescente de grandeza, os de Indústria Pastoral, Povoamento; Fomento Agrícola e Ensino Agrônômico, cuja participação média no total das despesas da Pasta foi da

¹¹ O termo, destacado por Saliba, refere-se ao núcleo do projeto de *nova civilização agrícola* elaborado pelo ministro da Fazenda e cafeicultor paulista Cincinato Braga, lídimo porta-voz dos interesses da grande burguesia do estado, cuja meta era “*ignorar ou desprezar as virtualidades do ‘mercado interno’ e seu papel na economia do país*”, promovendo a “*sampaulização progressiva do Brasil*”, o que levou a cisões políticas de peso entre as frações agrárias da classe dominante, mormente na década de 1920. SALIBA, Elias T. (Org.). *As idéias econômicas de Cincinato Braga*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, p. 34.

¹² Os porta-vozes da grande burguesia paulista não cessaram de combater a política da Pasta na Câmara dos Deputados. Para além de inúmeras críticas à sua condução e sua existência, o principal instrumento de pressão contra este que se constituía em instrumento de contra hegemonia no âmbito do Estado ampliado republicano, foi o sistemático corte das verbas a ele destinadas, tarefa nada difícil, considerando-se sua preponderância na presidência da Comissão de Finanças da Câmara.

ordem de 16,5%, 15,3%, 9,7% e 8,0%, respectivamente, em todo o período.¹³ Esses dados ratificam não só a diretriz diversificadora do órgão, como seu engajamento no atendimento às demandas pelo controle e qualificação da força de trabalho rural pleiteadas pela SNA.¹⁴ Já a segunda vertente materializou-se no amparo técnico-científico a segmentos agrários bastante específicos tanto setorial, quanto geograficamente falando, beneficiando, no primeiro eixo, os complexos açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero e, no segundo, aqueles situados no Nordeste, Rio de Janeiro e Sul, mediante a criação de novas repartições a eles destinadas, como o *Serviço do Algodão*, por exemplo.¹⁵ Suas principais modalidades de atuação consistiram na distribuição ou venda a preço de custo, de mudas e sementes selecionadas,¹⁶ utensílios, insumos agrícolas, bem como folhetos e livros destinados a difundir os preceitos da *agricultura científica* junto aos *agricultores*, dos quais se sobressaíram os pecuaristas gaúchos

¹³ MENDONÇA, op. cit., p. 219.

¹⁴ Ainda que o Serviço de Ensino Agrônômico compreendesse, na 1ª República, inúmeras instituições ditas de ensino elementar agrícola – verdadeiros viveiros de mão-de-obra para fazendeiros vizinhos a elas – outras repartições com finalidade semelhante foram contempladas pelo orçamento ministerial, tais como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional (dotado com 4,7% das verbas no período), os Aprendizados Agrícolas (cerca de 2,5 % delas) e as Escolas de Aprendizes Artífices (5,5% dos recursos). *Ibidem*.

¹⁵ A criação de Serviços como este se articula ao fortalecimento dos grupos agrários fundadores do MAIC, o qual se afirmou, justamente, após o afastamento dos dois primeiros ministros paulistas. O Serviço do Algodão, fundado em 1915 e transformado, posteriormente, em Superintendência, é um bom exemplo dessa afirmativa, lembrando que suas primeiras sedes localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, multiplicando-se por todo o Nordeste em fins do período. MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e exclusão social no Brasil agrário. *A Margem*. Rio de Janeiro, I (3): 16-25, nov. 1993.

¹⁶ É importante reter, no caso da distribuição de sementes e mudas, o aspecto impositivo embutido em tal prática, uma vez que a agência, ao descrever o que considerava problemas, prescrevia soluções normatizadoras, como a determinação dos tipos de cultivo a serem implementados, que não ficavam a cargo dos usuários. Ilustra essa tendência o avultamento da distribuição de sementes de algodão, forrageiras, milho, arroz e feijão.

e os cotonicultores nordestinos.¹⁷ Já no tocante à *lavoura branca*, a ação pública visou aos produtores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul onde se concentravam imigrantes na condição de pequenos proprietários, sugerindo a associação entre produção de gêneros e pequena exploração.

O Maic empenhou-se, igualmente, na fundação de pequenos centros de difusão tecnológica e assistência ao *agricultor*: os chamados campos de demonstração/cooperação; postos zootécnicos; fazendas-modelo; estações de monta e inspetorias agrícolas, todos funcionando a partir da lógica da pedagogia pelo exemplo. Imbricada a tais práticas encontrava-se a ampliação da presença do Estado restrito junto ao espaço agrário, já que a maioria dessas novas instituições seria implantada em quase todas as unidades da federação, como por exemplo, as Inspetorias Agrícolas, existentes em cada estado na qualidade de efetivos elos intermediadores entre proprietários regionais e Ministério, além de responsáveis pela implementação das diretrizes gerais oriundas da Pasta.¹⁸ Além dessas, foram instaladas delegacias regionais de algumas Superintendências criadas em 1920 –

¹⁷ O Serviço do Algodão criado em 1915 e desativado dois anos após, por pressão dos cotonicultores de São Paulo, seria reativado em 1920 face às demandas dos produtores nordestinos, aos quais continuaria beneficiando diretamente, sobretudo após o sucesso da iniciativa do governo de São Paulo em fomentar a pesquisa de uma nova espécie de fibra alternativa àquelas fornecidas pelos produtores do Nordeste que se veriam, dessa forma, excluídos do abastecimento do maior parque têxtil do país. Já os pecuaristas do Rio Grande do Sul seriam contemplados com a maior concentração de postos zootécnicos do Ministério, além do maior volume de vacinas por ele distribuído.

¹⁸ Através do Serviço de Fomento Agrícola, criado em fins da década de 1910, o Ministério distribuiria sementes, mudas e material de propaganda a todos que se inscrevessem no Registro de Lavradores e Criadores do órgão. Sua viabilidade, entretanto, estava a cargo das Inspetorias Agrícolas que emprestavam máquinas para proprietários locais, desde que acompanhadas dos técnicos ministeriais. Outra modalidade de prestação de assistência técnica pelas Inspetorias consistiu no estabelecimento de Campos de Cooperação mais afetos aos grandes proprietários. Mediante contrato com a agência, estes cediam de 3 a 5 hectares de suas fazendas para as demonstrações solicitadas recebendo, em troca, os implementos e os especialistas necessários à experiência. Nesse caso o MAIC colocava-se a serviço da grande propriedade no próprio espaço das unidades produtivas. Entre 1919 e 1920 beneficiaram-se com Campos de Cooperação, sobretudo fazendeiros mineiros, cearenses e fluminenses com, respectivamente, 34,5%, 11% e 8,5% dos contratos firmados. MENDONÇA, op. cit., p. 209.

como as do Algodão, Cacau ou Sementes –, corroborando a tentativa de aumentar a esfera de atuação do Estado, já que aos produtores beneficiados por qualquer serviço eram impostas certas obrigações, como o cadastramento junto ao Registro de Lavradores e Criadores do órgão.

Logo, ao longo da 1ª República, o Maic, versão estatizada da SNA, se converteria em instrumento de extensão da ideologia do *progresso* ao campo, consolidando a representação do Estado como portador de uma racionalidade e um saber imanescentes que legitimariam, não só sua intervenção *modernizadora*, como também a produção da necessidade de seus próprios serviços. O deslocamento da burguesia agrária paulista do epicentro do poder estatal em 1930 e a conjuntura internacional altamente desfavorável à maioria dos tradicionais produtos da pauta de exportações brasileiras – sobretudo o café – desde 1929 até a Segunda Grande Guerra, imprimiriam reordenações políticas ao permanente processo de construção do Estado e o Ministério da Agricultura não esteve imune a elas.

A Política Agrícola no Pós-1930: os Suportes Institucionais da Ação Estatal

Ainda nos marcos do governo provisório pós-movimento de 1930, um grande rearranjo administrativo processou-se junto ao aparelho de Estado em resposta a demandas de algumas das forças envolvidas com a urdidura do golpe, dando origem a dois novos Ministérios – o da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio. Com isso, o antigo Maic ficava privado de sua jurisdição sobre esses dois últimos domínios e restrito às questões da agricultura propriamente dita.¹⁹ Apesar dessa aparente “descontinuidade” administrativa, as grandes linhas de atuação do agora Ministério da Agricultura não sofreriam rupturas

¹⁹ Mesmo que adstrito, sobretudo às questões agrícolas, o Ministério da Agricultura continuou a abrigar uma Diretoria Nacional da Produção Mineral encarregada de promover pesquisas geológicas, hidrográficas e petrolíferas. Cf. Decretos-lei nº 22.338, 22.380, 22.416 e 22.506/9.

essenciais no pós-1930, aprofundando-se as diretrizes gestadas no período anterior, sobretudo a intensificação da diversificação produtiva e o apoio à tecnicização da produção.²⁰

A diferença residiria no contexto histórico específico em que tais linhas de ação se recolocavam. Isso conferiu às linhas uma nova qualidade posto que, agora, na nova conjuntura mundial inaugurada pela crise de 1929 e a conseqüente queda nos preços de produtos agrícolas, a necessidade de comprimirem-se as importações em geral²¹ tornava ainda mais vital e urgente a intervenção do Estado de modo a propiciar aos proprietários rurais melhores condições para a colocação doméstica de seus produtos. Ou seja, a diversificação produtiva deixava de ser uma alternativa para complexos agrários menos dinâmicos, instituindo-se em “questão nacional”, construída à sombra de déficits da Balança Comercial a serem minimizados no concerto de uma economia mundial em crise. Isto também implica em destacar a ascendência da indústria brasileira como mercado consumidor preferencial para a agricultura, acelerando o processo de subordinação desta última à primeira.

Enquanto isso, o principal baluarte da economia agrário-exportadora entrava em derrocada: os preços do café, até então artificialmente manejados a custa de operações valorizadoras pontuais, perdiam seu horizonte possível de elevação face à própria superprodução, o que implicou numa política de intervenção permanente junto ao setor, através do Instituto Brasileiro do Café – ainda com forte componente regionalista em seu comando – depois Departamento Nacional do Café. Centralizavam-se as decisões quanto ao tema, levando à relativa perda do poder de barganha política dos grandes cafeicultores paulistas.²² Inaugurava-se, também, no rearranjo do Estado restrito brasileiro no pós-1930, a prática da criação de autarquias

²⁰ Cf. BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura* (doravante RMA). Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade Agrícola/de Estatística Agrícola, 1932-1945, *passim*.

²¹ A esse respeito ver VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973.

²² MUELLER, op. cit. p. 279-280.

especializadas em ramos ou setores produtivos²³ as quais, diretamente vinculadas ao Executivo, transformavam-se quer em instrumentos de absorção dos conflitos intraclasse dominante pela sociedade política,²⁴ quer em veículos da nacionalização das decisões econômicas, superando o embate regionalismo *versus* centralização política.²⁵

Talvez por essa razão alguns autores minimizem a importância política do Ministério da Agricultura, mesmo após 1930, alegando que boa parte dos problemas vinculados à atividade passavam ao largo da Pasta, sendo solucionados sem sua mediação.²⁶ Todavia, atentando para seu papel como agência irradiadora de políticas econômicas do Estado, torna-se expressivo estudá-lo nas décadas de 1930-1940 uma vez que, além de versão estatizada da SNA, o Ministério da Agricultura passaria a contar com porta-vozes de novos grupos de interesse junto a seus altos quadros. Dentre eles destacaram-se justamente aqueles vinculados à grande burguesia cafeeira paulista – derrotada no movimento Constitucionalista de 1932 e à qual era preciso fornecer alguma compensação política –, mormente a partir da implantação do Estado Novo em 1937, quando foi nomeado para a Pasta o agrônomo, grande fazendeiro e agroindustrial paulista Fernando Costa, vinculado à Sociedade Rural Brasileira (SRA).²⁷ Por certo, a correlação de forças vigente na sociedade civil atravessaria também o Ministério.

²³ Esses seriam os casos do Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Mate, Instituto do Pinho, Instituto do Sal, dentre outros.

²⁴ A esse respeito ver SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

²⁵ Cf. DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁶ MUELLER, op. cit., p. 306-307.

²⁷ Apesar de criada em 1919 como uma espécie de resposta às pretensões da SNA, a *Sociedade Rural Brasileira* sofreria reformulações em 1931. Originalmente integrada apenas por representantes da grande burguesia do estado de São Paulo, mormente os grupos de grandes cotonicultores, pecuaristas, cafeicultores e industriais, ela conviveria, até este momento e de modo interativo, com outras duas entidades da classe patronal regional: a Sociedade Paulista de Agricultura e a Liga Agrícola Brasileira. Após aquele ano ocorreria a fusão das três agremiações numa só nova e ampliada Sociedade Rural Brasileira. A este respeito, ver LOVE, J. *São Paulo in Brazilian Federation*. Stanford: University Press, 1980, p. 226.

Parâmetros das Novas Práticas

Foi diante da nova conjuntura interna e internacional que algumas frentes de atuação abriram-se ao Ministério da Agricultura, conquanto isto não tenha significado uma ruptura com a orientação diversificadora trilhada desde 1909, mas sim seu aprofundamento e redirecionamento. Nesse sentido, três eixos configuraram as políticas agrícolas da Pasta no decorrer das décadas de 1930 e 1940: a) a fiscalização e padronização obrigatórias dos produtos agropecuários destinados à exportação e ao mercado interno; b) a centralização das diretrizes da pesquisa agrícola, com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica (decreto-lei n° 982, de 23 de dezembro de 1938) e c) a subordinação direta das agências públicas estaduais ligadas à agricultura, ao Ministério, por intermédio da chamada “política dos “acordos”, que paulatinamente as transformaria em sucursais da Pasta.²⁸ Ao lado disso uma quarta diretriz merece relevo, com a ressalva de não constituir-se propriamente em novidade: a cooperativização agrícola.

A análise dessas grandes diretrizes gerais da política agrícola pode ser empreendida, dentre outras abordagens, a partir das reformas administrativas sofridas pelo Ministério entre 1933-1945, já que sua remodelação material traduziria não somente a ênfase nas frentes de ação mencionadas, como também a absorção de demandas formuladas por novos atores políticos coletivos. A primeira reforma, levada a cabo pelo ex-tenente e revolucionário

²⁸ O caso mais tumultuado de tal tipo de acordo envolveu a subordinação do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) de São Paulo ao Ministério. Tendo à sua frente o agrônomo diplomado pela Escola Luiz de Queiroz Luiz Amaral – ferrenho opositor da intervenção do Ministério da Agricultura junto às cooperativas agrícolas posto considerar a matéria competência dos executivos regionais –, Amaral moveria, entre 1931-1937, intenso combate à Pasta, somente encerrada quando de sua exoneração justamente pelo convênio de 1938, que transformou o DAC em delegacia regional do Ministério da Agricultura. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910 – 1945)*. Niterói: Eduff, 2002, p. 50-53.

histórico, Juarez Távora²⁹ teve como principal escopo a reordenação dos Serviços e Diretorias autônomos herdados da República Velha, devidamente reagrupados, desde março de 1934, junto a três Departamentos centralizados: o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), o Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).³⁰

À parte os Departamentos Nacionais e diretamente subordinadas ao Ministro, implantou-se três novas diretorias, estratégicas à implementação dos objetivos já citados: a Diretoria de Organização e Defesa da Produção (Dodp) – encarregada da cooperativização agrícola, cerne da política agrícola nessa gestão; a Diretoria de Estatística da Produção – presidida pelo princípio de que “conhecer é controlar”,³¹ além da Diretoria de Expediente e Contabilidade.³² Nas palavras do titular da Pasta e coerentemente às propostas militares do Club 3 de outubro, a defesa do dirigismo econômico era imperiosa, uma vez que “constitui crime de lesa pátria o destemor e o descaso com que tem sido legada a plano secundário o conjunto da administração nacional. Urge que reajamos contra este verdadeiro saque às riquezas naturais do país”.³³

Foi também a Reforma Távora que inaugurou a prática de “convênios” com administrações estaduais, obrigando-as a adotar, em sua respectiva área de atuação, as diretrizes

²⁹ A nomeação do ex-tenente dos movimentos de 1920, revolucionário histórico do movimento de 30 e vinculado aos grupos agrários nordestinos mais tradicionais, Juarez Távora, para o Ministério da Agricultura, significou a incorporação de um quadro dirigente específico do governo provisório, expoente liderança do *Club 3 de outubro*, porta-voz dos militares e nome estratégico para a consolidação de alianças políticas naquela região, com vistas à Assembleia Nacional Constituinte. Cf. SILVA, Hélio. *A crise do tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 64.

³⁰ Cada uma dessas Diretorias, de modo geral, aglutinou os serviços herdados da Primeira República, enfeixados por domínios de atuação, excetuando-se o Serviço de Povoamento e Colonização, extinto no período.

³¹ RMA. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1933-1934, p. 27.

³² *Ibidem*, p. 5 et seq.

³³ *Ibidem*, p. 18.

emanadas do Ministério. Este, em contrapartida, forneceria verbas correspondentes ao dobro da dotação orçamentária estadual ao respectivo serviço. Em sua gestão, entre 1932 e 1934, foram celebrados acordos com órgãos estaduais voltados à fruticultura, plantas têxteis, defesa sanitária animal e organização da produção.³⁴ Essa modalidade claramente centralizadora de intervenção provocou inúmeros conflitos “interburocráticos” e intraclasse dominante agrária, mormente em função de dois aspectos específicos. De um lado, seu enfrentamento direto aos interesses dos grandes cafeicultores paulistas mediante a criação, junto ao Ministério, do Serviço Técnico do Café (1933) que transferiu “a parte verdadeiramente agrícola dos trabalhos a cargo do Departamento Nacional do Café para o Departamento Nacional da Produção Vegetal, visto que a este, de fato, competiam as atribuições erradamente conferidas àquele”.³⁵ Por outro, a veemente política de cooperativização rural adotada pela Pasta – visando à formação de representantes classistas para atuar junto ao processo político-partidário do período – calcada em premissas sindicalistas contrárias tanto aos interesses da própria SNA ainda predominante junto ao Ministério, quanto aos da grande burguesia paulista articulada ao DAC-SP, sem falar naqueles alocados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.³⁶

³⁴ RMA. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934, p. 10 e 77. Os primeiros estados conveniados com o Ministério da Agricultura foram: Sergipe e Minas Gerais (no tocante à defesa do algodão); Paraíba e São Paulo (quanto à Vigilância Sanitária Vegetal) e Rio Grande do Norte (para promover a Defesa Sanitária Animal).

³⁵ *Ibidem*, p. 24.

³⁶ Devido à sua proposta de atrelamento das cooperativas agrícolas aos sindicatos, num claro viés corporativista, Távora e o então diretor deste Serviço, Custódio Sarandy Raposo, sofreriam oposição da “frente unida” dos defensores do chamado – por contraposição ao *sindicalismo cooperativista – cooperativismo livre* que uniu, até mesmo, antigos antagonistas, como o diretor do DAC-SP Luiz Amaral, líderes doutrinários do cooperativismo no Brasil e altos funcionários do Ministério desde 1923 como Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho, além de Oliveira Vianna, então Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho, ao qual estava afeta a matéria sindical. A esse respeito ver MENDONÇA, op. cit., 2002, p. 47-49.

De forma aparentemente contraditória, os conflitos assim agudizados, seriam amortecidos pela incorporação de representantes da grande burguesia paulista junto ao alto escalão ministerial, destacando-se nomes como, por exemplo, Edmundo Navarro de Andrade – Secretário de Agricultura do estado de São Paulo (1930-1931), dirigente da Sociedade Paulista de Agricultura e sócio da SRB, indicado para titular do DNPV entre 1932-1933 –, Arsene Puttermans – ex-diretor e catedrático da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), nomeado em 1934 para o Instituto de Biologia Vegetal do mesmo Departamento –, ou ainda Carlos de Souza Duarte – grande fazendeiro paulista, agrônomo esalquiano e alto funcionário da secretaria estadual de Agricultura, indicado para diretor do Serviço de Fomento da Produção Vegetal entre 1931 e 1934, futuro ministro interino da Pasta no lugar de Fernando Costa entre 1941-1942. Este processo de absorção de quadros paulistas ligados à SRB pelo alto escalão do Ministério pode ser visualizado a partir do QUADRO I que se segue

QUADRO I – Ministério da Agricultura: titulares dos principais serviços (1933-1943)

SEÇÕES	1933-34	1935-36	1937-39	1941-43
1 - DNPV				
1.1 - Diretoria Geral	Antônio Arruda Câmara (Agron./ESAMV - DF) (*)	Humberto Bruno (Agron./ESAMV - DF)	Francisco Magarinos Torres (Agron. - RJ) (*)	Arthur Magarinos Torres Filho (Agron./RJ) (*)
1.2 - S.F.P.V.	Francisco Alves Costa (Agron./ESAMV - RS) (*)	Carlos Souza Duarte (Agron./Esalq - SP) (**)	Carlos Souza Duarte (Agron./Esalq - SP) (**)	Oscar Espinola Guedes (Agron./ESAMV - PE) (*)
1.3 - S.P.T.	João Maurício Medeiros (Agron./Esamv)	Alpheu Domingues (Agron./Esamv - PB) (*)	Alpheu Domingues (Agron./Esamv - PB) (*)	-
1.4 - S.I.C.	Archimedes L. Câmara (Agron./Esamv - DF) (*)	Paschoal Vilaboim (Eng. - BA) (*)	-	José Oliveira Marques (Agron. - RJ)
1.5 - S.F.C.F.	-	-	Álvaro Simões Lopes (Agron./Esamv - RS) (*)	Álvaro Simões Lopes (Agron./Esamv - RS) (*)
1.6 - D.E.A.	Álvaro Simões Lopes (Agron./Esamv - RS) (*)	Bemvindo Novaes (Agron./Esamv-Dir.ENA) (*)	Newton Belleza (Agron./ENA - MA) (*)	Newton Belleza (Agron./ENA - MA) (*)
1.7 - I.B.V.	Arsene Puttermas (Prof. Esalq - Belga) (**)	Ângelo Costa Lima (Agron./Esamv - DF) (*)	Paulo Campos Porto (Agron. - RJ)	-
1.8 - S.F.	Eduardo Cláudio Silva (Agron./Esamv - RJ) (*)	José E. Dias Martins (Agron./Esalq - SP) (**)	-	-
1.9 - D.I.P.O.V.	Antônio Magarinos Torres (Agron./ENA - RJ) (*)	Antônio Magarinos Torres (Agron./ENA - RJ) (*)	Newton Barcelos Fagundes (Agron. - RJ)	-
2 - D.N.P.A.				
2.1 - Diretoria Geral	Guilherme Hermsdorff (Agron./Esamv - RJ) (*)	-	Landulpho Almeida (Agron. - PE) (*)	Landulpho A. Almeida (Agron. - PE) (*)
2.2 - I.B. A	Argemiro Oliveira (Agron. - BA)	Argemiro Oliveira (Agron. - BA)	-	-
2.3 - D.I.P.O.A.	Belisário Távora (CE)	Henrique Blanc Freitas (Agron./Esamv - RJ) (*)	Henrique Blanc Freitas (Agron./Esamv - RJ) (*)	Henrique Blanc Freitas (Agron./Esamv - RJ) (*)
3 - D.N.P.M.				
3.1 - Diretoria Geral	Avelino Oliveira (Eng. - MG) (*)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv - MG) (*)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv - MG) (*)	Djalma Guimarães (Agron./Esamv - MG) (*)
3.2 - S.G.	Euzébio P. Oliveira (Eng. - MG)	Gerson Faria Alvim* (Eng. - MG)	-	-
3.3 - S.A.	Francisco Magarinos Torres (Agron. - RJ) (*)	Francisco Magarinos Torres (Agron. - RJ) (*)	-	-
4 - D.G.P.	Eduardo Navarro Andrade (Agron./Faz-SP) (**)	Domingos Fleury Rocha (Agron./ENA - PB) (*)	extinta	extinta
5 - C.N.E.P.A.	-	-	José Mello Moraes (Agron./Dir. Esalq-SP) (**)	Heitor S. Grillo (Agron./Vet./Esamv - PR) (*)
5.1 - I.O.	José Freitas Machado (PB) (*)	José Hasselman (Md - BA)	João Maurício Medeiros (Agron./Esamv)	-
5.2 - E.N.A.	Artidônio Pamplona (*) Cândido Mello Leitão (Agron./Esamv - DF) (*)	Bemvindo (Agron./Esamv - DF)	Novaes Heitor Silveira Grillo (Agron./Vet./Esamv - PR) (*)	Waldemar Raythe (Agron./Esamv - RS) (*)
5.3 - E.N.V.	Heitor Silveira Grillo (Agron./Vet./Esamv - PR) (*)	Heitor Silveira Grillo (Agron./Vet./Esamv - PR) (*)	Octávio Dupont (Vet./Esamv - RJ) (*)	Francisco Paula Machado (Vet./Esamv - RJ)
5.4 - E.N.Q.	Arthur do Prado (Agron./Esamv)	Arthur do Prado (Agron./Esamv)	Mário Saraiva (Agron./Esamv - BA) (*)	Mário Saraiva (Agron./Esamv - BA) (*)
6 - S.E.R.	-	-	Arthur Torres Filho (*) (Agron./Esalq - RJ)	José Arruda Albuquerque (Agron./Esalq - SP) (**)
6.1 - D.P.C.	-	-	Fábio Luz Filho (*) (Agron./Esamv - DF)	Fábio Luz Filho (*) (Agron./Esamv - DF)
7 - S.F.	Alpheu Domingues (Agron./Esamv - PB) (*)	-	-	Alpheu Domingues (Agron./Esamv - PB) (*)
8 - S.I.A.	Raphael S. Xavier (Agron. - PB)	Raymundo Fernandes Silva (Faz - PI) (*)	-	Itagyba Barçante (Agron./Esalq - SP) (**)

Fontes: Ministério da Agricultura. *Almanak do Pessoal*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola (1933, 1934 e 1943); BMA, op. cit., 1933-1943; *Nossa Terra*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1938 - 1941; *ENA-Jubileu Comemorativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960; Esalq. *Lista de Formandos*. Piracicaba: Esalq, 1970.

LEGENDAS: DNPV - Diretoria Nacional da Produção Vegetal; SFPV - Serviço de

Fomento da Produção Vegetal; **SPT** - Serviço de Plantas Têxteis; **SIC** - Serviço de Imigração e Colonização; **SFCF** - Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas; **DEA** - Departamento de Ensino Agrônomo; **IBV** - Instituto Biológico Vegetal; **SF** - Serviço de Fruticultura; **DIPOV** - Departamento de Inspeção da Produção de Origem Vegetal; **DNPA** - Departamento Nacional da Produção Animal; **IBA** - Instituto Biológico Animal; **DIPOA** - Departamento de Inspeção da Produção de Origem Animal; **DNPM** - Departamento Nacional da Produção Mineral; **SG** - Serviço Geológico; **SA** - Serviço de Águas; **DGP** - Diretoria Geral de Pesquisas (criada em 1933 e extinta em 1938); **CNEPA** - Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônomo (criado em 1938); **IO** - Instituto de Óleos; **DODP** - Diretoria de Organização e Defesa da Produção (criada em 1933 e extinta em 1938); **DC** - Diretoria de Cooperativismo; **SER** - Serviço de Economia Rural (criado em 1938); **DPC** - Departamento de Propaganda Cooperativista; **ENA** - Escola Nacional de Agronomia; **ENV** - Escola Nacional de Veterinária; **ENQ** - Escola Nacional de Química; **SF** - Serviço Florestal; **SIA** - Serviço de Informação Agrícola.

(*) Dirigente da S.N.A.

(**) Dirigente da SRB.

A segunda reforma ministerial ocorreu entre 1938-39 na gestão do citado Fernando Costa, perrepesta histórico, agrônomo esalquiano, ex-secretário de Agricultura de São Paulo (1924-1930), presidente do Departamento Nacional de Café (1935-1936), fazendeiro e industrial do ramo têxtil, além de dirigente e sócio emérito da SRB. Demonstrando a importância estratégica da absorção desse tipo de quadro, vale lembrar que a nomeação de Costa ratificaria um dos papéis centrais a serem desempenhados pelo Ministério da Agricultura na correlação de forças vigente sob a gestão varguista: o de *articulador/minimizador de conflitos intraclasses dominante agrária*. Para além da competência técnica e administrativa do novo titular da Pasta, vale ressaltar o prestígio adquirido por agentes sociais antes marginalizados do órgão federal no pós-1930 inscrevendo, na materialidade dessa agência, não apenas interesses dos grupos específicos de que eram porta-vozes, como também seus respectivos *staffs*, provenientes das administrações estaduais.³⁷

³⁷ Ao ser nomeado para o Ministério, Fernando Costa levou consigo boa parte de sua equipe de assessores na Secretária de Agricultura de São Paulo, como por exemplo, José de Mello Moraes (diretor da ESALQ entre 1927 e 1944 e futuro Secretário da Agricultura do estado), nomeado diretor geral do Cnepa (1938-1942); Franklin

A reforma Fernando Costa seguiu três linhas-mestras: a) manter os Departamentos Nacionais criados na gestão anterior; b) implantar novos órgãos que, destes desvinculados, garantissem ao Ministro controle direto sobre áreas de ação requalificadas como prioritárias e, finalmente, c) acelerar o processo de centralização/nacionalização das decisões econômicas em matéria de agricultura mediante a extensão, a todas as regiões do país, de sucursais do Ministério. Isto ocorreu com os Serviços de Fomento da Produção Vegetal (um por estado), as Inspetorias de Defesa Sanitária Animal (num total de sete, redefinindo-se o próprio conceito de “regiões” do país) e de Defesa Sanitária Vegetal (num total de oito, dentro do mesmo espírito), além das Inspetorias Agrícolas estaduais (decreto-lei n° 982 de 23 de dezembro de 1938).³⁸ Quanto aos novos órgãos criados, foram eles em número de seis: o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrícola (Cnepa)³⁹ o Serviço de Publicidade Agrícola (SPA) - transformado em 1940 em Serviço de Informação Agrícola e que operou em íntima conexão com o Departamento de Imprensa e

Viegas (agrônomo esalquiano, guindado ao posto de diretor da Divisão de Fomento da Produção vegetal entre 1938-1941); Carlos de Souza Duarte, confirmado no cargo de diretor geral do DNPV, dentre outros.

³⁸ A implantação de sucursais regionalizadas do Serviço do Fomento da Produção Vegetal teve como caso emblemático a Secretaria de Agricultura de São Paulo uma vez que as atribuições correspondentes ao Serviço eram, até então desempenhadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas, delas despido em prol do recém-criado Departamento da Produção Vegetal ao qual passaria a subordinar-se, deixando de contar com orçamento próprio. Curiosamente, alguns autores referem-se a esse fato como “marco de uma crise de identidade” do Instituto, desconsiderando o contexto mais amplo de reconfiguração do Estado no rumo da nacionalização das decisões. A esse respeito ver ALBUQUERQUE, Rui et al. *O setor público de pesquisa agrícola no estado de São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, maio 1985, Relatório de Pesquisa n° 3, p. 22-25.

³⁹ Integravam o Cnepa: o Departamento de Ensino Agrônomo, o Instituto de Química Agrícola, o Instituto de Experimentação Agrícola e o Instituto de Ecologia Agrícola, acrescidos, após 1940, ainda sob a mesma gestão, do Instituto Nacional de Óleos, do Laboratório Central de Enologia, do Laboratório Central de Fibras, do Instituto de Fermentação e do Instituto Agrônomo do Norte (RMA. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 23 et seq.; RMA. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1941, p. 245 e RMA. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1943, p. 192).

Propaganda (DIP) na produção de material de difusão, sobretudo filmográfico; o Serviço de Economia Rural (SER) – substituto da extinta Dodp da gestão Távora, ao qual passaram a estar afetas as atribuições de implantação e registro de cooperativas agrícolas e a padronização de todos os produtos agrícolas para a exportação⁴⁰ – e, finalmente, o Serviço Florestal (integrado pelos setores de Reflorestamento e de Hortos do DNPV). A partir de 1939 seriam também implantados os Cursos de Aperfeiçoamento e Extensão (CAEs), destinados à qualificação e reciclagem de todo o funcionalismo do Ministério obrigado, desde o decreto-lei n° 23.196 de 1933, a ser diplomado em agronomia⁴¹ – e a Divisão de Terras e Colonização, extinta pela gestão Távora e replantada, junto ao DNPV.

O CNEPA transformou-se na “menina dos olhos” da nova administração, louvado por todos os sucessores de Costa na Pasta. Concebido como um grande polo de irradiação científica implicaria em vultosas obras realizadas no km 47 da Rodovia Rio-São Paulo, logo denominado “cidade agrônômica”.⁴² A ele caberia “orientar, dirigir e coordenar **todas as pesquisas** que visem a Individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola, bem como aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas [...] particularmente adaptáveis às diferentes regiões”.⁴³ O Centro determinaria as diretrizes a serem seguidas pelas

⁴⁰ A padronização e o estabelecimento de tipos comerciais operavam com duas grandes subdivisões: “matérias-primas” e “produtos para alimentação”, estando o SER dotado de um Posto de Padronização por estado, segundo legislação específica, i.e., o decreto-lei n° 334 de 15 de março de 1938.

⁴¹ O decreto-lei n° 23.196 estabelecia, em seu artigo 3° que “os funcionários públicos federais, estaduais e municipais que, posto não satisfaçam as exigências dos artigos 1 e 2, estiverem, à data deste decreto, exercendo cargos ou funções que exijam conhecimentos técnicos de agronomia, poderão continuar no respectivo exercício, mas não poderão ser promovidos ou removidos para outros cargos técnicos”. BRASIL. Coleção de Leis do Brasil (doravante CLB). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p. 13.

⁴² BRASIL. *Boletim do Ministério da Agricultura* (doravante BMA). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1940, p. 133.

⁴³ CLB, 1938, p. 328.

instituições de pesquisa e experimentação agrícola existentes no país cujas iniciativas, até então regionalmente autônomas, seriam enquadradas aos ditames do órgão. Não por acaso, deu-se um crescimento expressivo, quantitativa e qualitativamente falando, do número de estabelecimentos de experimentação agrícola ligados ao Ministério, que passou de 15 para 36, entre 1938 e 1940. Todos eles, ademais, voltaram-se para um leque de produtos bem mais amplo do que aquele predominante até o momento, demonstrando a preocupação em estender-se os benefícios da pesquisa agrícola a segmentos variados da classe proprietária. Assim, passou-se a contar com Estações Experimentais de café (SP); cítricos (RJ, DF e estados do Nordeste); trigo (RS, SP, PR, SC e MG); vinho (RS, SC e MG); fumo (BA e MA) e variadas fibras têxteis (PE, RN, PB, CE, AL, BA, SE).⁴⁴ Foram também criados, em 1939, três Laboratórios de Fibras (Maranhão, Rio de Janeiro e João Pessoa), além de uma Estação Experimental de frio (Rio Grande do Sul) e o Instituto Agrônomo do Norte.⁴⁵

Como se percebe, a atuação do Ministério da Agricultura no pós-1930 orientou-se pelo aprofundamento da diversificação agrícola do país, entendida quer no tradicional sentido do abastecimento interno, quer no da *ampliação da pauta de exportações brasileiras*, essa sim, revelando certa descontinuidade quanto ao período anterior. Ainda que cientes de que a grande maioria dos produtos agrícolas exportáveis enfrentavam conjuntura pouco favorável desde a crise de 1929 – à exceção do algodão, cujo *boom* situou-se entre 1937-39, beneficiando sobretudo o produto paulista – importa sublinhar o empenho dos agentes da política agrícola ministerial em buscar alternativas a esse quadro, bem como para a urgente compressão das importações brasileiras. Neste sentido, ressalta o cuidado dos dirigentes da Pasta para com o algodão, – particularmente favorecido com a liberação de exportações para a Alemanha – materializado na padronização dos tipos exportáveis,

⁴⁴ RMA. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1940, p. 59 et seq.

⁴⁵ Vazado nos moldes do Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto Agrônomo do Norte estaria diretamente subordinado ao Ministro, voltando-se para a pesquisa especialmente destinada aos produtos típicos da região. BMA, 1939, p. 322.

bem como para com outros produtos de boa cotação no mercado internacional, além dos gêneros alimentícios, valorizados pelo “esforço de guerra”.

A esse respeito são constantes, na documentação ministerial, menções a acordos comerciais, sobretudo com os Estados Unidos, que beneficiavam com tarifas preferenciais a importação de óleos e sementes vegetais brasileiros,⁴⁶ englobando desde o de babaçu, até a torta de mamona.⁴⁷ O próprio Fernando Costa fez questão de valorizar o aumento do volume total de óleos vegetais exportados pelo país, que passara de 19.400 toneladas em 1932, para 102.800 toneladas em 1938, após discurso incisivo sobre a importante diversificação da produção agrícola exportável, com ênfase para as fibras oriundas do Nordeste (licurizeiro, rami, copaíba, piquiá, uricuri, etc.) e matérias-primas como a andiroba, imprescindível à indústria internacional de tintas, por exemplo.⁴⁸ Porém, não só com vistas ao mercado internacional aprofundou-se a política diversificadora no pós-1930: a indústria nacional seria, igualmente, poderoso incentivo à agricultura. Segundo relatório ministerial,

se o industrialismo ganha terreno, num país do tipo do Brasil, o progresso econômico financeiro depende da resistência e da organização das fontes da produção rural. Assim se explica por que a produção agropecuária necessita ser protegida e orientada, executando-se uma política rural que não deverá competir apenas ao Governo Federal, mas também às administrações estaduais e municipais [...] Calcula-se que as indústrias nacionais, em 1939, tenham consumido mais de 5 milhões de contos e, desses, adquiridos nos mercados internos, mais de 4 milhões. Logo, **do progresso da indústria dependerá o consumo crescente das matérias-primas oriundas da terra.** É preciso, entretanto, que

⁴⁶ BMA, out. 1942, p. 6.

⁴⁷ BMA, mar. 1943, p. 98; BMA, set. 1944, p. 57.

⁴⁸ BMA, dez. 1939, p. 130-139.

as regiões produtoras de matérias-primas sofram a influência da técnica e aperfeiçoem suas produções (RMA. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 39-40, grifos do autor).⁴⁹

Sem dúvida alguma, o Ministério da Agricultura viria a ser um coadjutor expressivo do processo de subordinação da agricultura à indústria no país.

Instrumentos da Política e da Politização

Se as linhas gerais e os interesses imbricados à política agrícola brasileira do período 1930-45 podem ser inferidas a partir das reformas sofridas pelo Ministério da Agricultura, resta considerar os recursos da agência para implementá-las. Ao longo da 1ª República, o então Maic contara com apenas 5,6% ao ano do Orçamento Geral da União, i.e., a penúltima verba do Executivo à época.⁵⁰ Com a recomposição dos quadros dirigentes ministeriais pela absorção de porta-vozes dos aparelhos de hegemonia da grande burguesia paulista, seria de supor a elevação das dotações do Ministério para dar suporte às novas diretrizes. Não foi exatamente este, entretanto, o resultado apurado pela pesquisa, como pode ser depreendido do QUADRO II a seguir.

⁴⁹ Seguindo-se a esta fala, o ministro cita os dez principais artigos da pauta de exportações brasileira: café, algodão, cacau, couros e peles, laranja, carne, cera de carnaúba, mamona, fumo e tortas oleaginosas (RMA, 1939, p. 41).

⁵⁰ MENDONÇA, op. cit., 1997, p. 218.

QUADRO II – Brasil: distribuição do orçamento geral da União por Ministério

MINISTÉRIO	ANOS							
	1931	1933	1935	1937	1939	1941	1943	1945
Viação	477.156	409.129	645.2442	775.251	994.617	1.091.304	901.620	867.927
Fazenda	467.380	746.365	443.027	1.078.537	1.238.753	1.208.759	1.297.639	2.668.000
Guerra	311.237	329.514	473.318	657.712	760.699	807.674	1.008.394	1.577.765
Marinha	160.946	164.972	273.043	240.007	297.561	330.743	417.204	616.224
Aeronáutica							375.269	619.950
Justiça	85.411	95.365	114.730	132.356	148.311	204.280	292.911	427.724
Edu. & Saúde	80.449	77.418	191.301	341.384	305.672	320.244	414.408	595.700
Agricultura	42.623	39.314	82.079	94.435	127.378	143.164	215.862	311.355
Trabalho	14.296	18.212	30.688	56.548	112.175	170.411	191.200	315.627
Rel. Exteriores	12.411	15.347	59.521	47.628	60.810	63.298	76.000	85.428
TOTAL	1.602.334	1.895.739	2.731.380	3.218.466	4.070.969	4.209.417	5.270.160	8.232.399

Fonte: BRASIL. *Orçamento Geral da União*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1931-1945.

Como se depreende do Quadro, o Ministério da Agricultura continuaria ocupando lugar subalternizado quanto à sua dotação orçamentária passível de indicar, à primeira vista, um descompasso entre o discurso veiculado e as práticas perpetradas. De fato, embora não mais ocupando o penúltimo lugar no *ranking* dos ministérios, a Pasta oscilaria, no período focalizado, entre a sétima e oitava posição em matéria de verbas recebidas, voltando para a penúltima colocação somente entre 1944-1945, sendo superado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando-se, todavia, a crescente progressão em seu orçamento como um todo após 1930 percebe-se que, em termos brutos, os recursos do MA no novo contexto foram proporcionalmente superiores àqueles com que contara na 1ª República.⁵¹

⁵¹ A veracidade da afirmativa pode ser aquilatada comparando-se, por exemplo, as dotações do Ministério nos anos de 1910 e 1924, quando ele foi contemplado, respectivamente, com Cr\$ 17.224,00 e Cr\$ 36.439,00. MENDONÇA, op. cit., 1997, p. 464. Transformando-se as verbas destinadas à agricultura constantes do QUADRO I em índices, verifica-se que elas

Tão ou mais importante do que considerar o montante de recursos do Ministério da Agricultura no período é verificar como foram eles distribuídos entre suas principais repartições, tal como consta do Quadro III que se segue.

QUADRO III – Ministério da Agricultura: Distribuição Interna das Verbas entre os Principais Serviços (1937-1945)⁵²

ANOS									
Serviço ⁵³	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
DNPA	21,9	24,7	11,1	14,1	9,7	13,3	12,2	14,2	16,5
DNPV	66,4	39,3	37,9	18,5	16,5	14,3	18,0	26,9	23,4
DNPM	10,1	10,9	8,8	14,7	13,3	10,4	9,5	11,7	10,8
DEP	0,1	3,3	1,3	0,6	0,3	0,2	-	0,3	0,4
DODP	0,2	-	1,4	-	-	-	-	-	-
CNEPA	-	-	-	11,9	18,0	24,2	17,5	17,8	22,6
SER	-	-	-	1,8	1,2	1,1	1,3	1,1	1,2
SEAV	-	-	-	6,8	7,7	8,9	6,3	10,3	11,5
ENV	-	-	-	0,5	-	-	-	-	-
CAEs	-	-	-	0,4	0,6	-	-	-	-
SIA	-	-	-	2,5	0,9	2,7	-	2,3	1,2
OUTROS ⁵⁴	1,3	39,5	28,2	28,2	31,8	24,9	35,2	15,4	12,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. *Orçamento Geral da União*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1937-1945.

O quadro demonstra, de imediato, uma flagrante continuidade com o perfil de aplicação de recursos vigente durante a 1ª República, apenas com sinais ligeiramente invertidos: enquanto nesta última o principal beneficiado fora o Serviço da Indústria Pastoral, seguido pelo de Inspeção e Fomento Agrícola, após 1930 predominou de forma absoluta o DNPV, ao menos até 1940, o que é de todo coerente com a diretriz diversificadora apontada. Coerente também é o fato de a ele seguir-se, quanto à participação percentual, o DNPA, longinquamente secundado pelo de Produção Mineral. Somente a partir de 1940, tendo em

saltaram de 100 (tomando-se 1931 como ano-base), para 299 em 1939 e 750 em 1945.

⁵² O Quadro não contempla o período anterior a 1937 uma vez que o Orçamento do Ministério era ainda organizado ou a partir da relação de Serviços herdados da República Velha – entre 1930-1934 – ou tão somente a partir das dotações dos três grandes Departamentos Nacionais criados pela reforma Juarez Távora, o que conferiria à série grande heterogeneidade, além de pouco acrescentar em termos explicativos.

vista a reforma Fernando Costa, é que se observam alterações significativas neste padrão de distribuição, passando a despontar como polo expressivo da alocação dos recursos da Pasta o citado Cnepa, principal beneficiário até 1943, quando decaí ligeiramente, apesar de persistir como a segunda maior verba interna da Pasta, traduzindo a ênfase à pesquisa e experimentação agrícolas como prioridades da política diversificadora da agência.

O DNPV, entretanto, não deixaria de disputar o posto de segunda verba ministerial, voltando a liderá-la nos três últimos anos da série que, não casualmente, correspondem ao final da 2ª Guerra. O DNPA, por seu turno, ocuparia constantemente a terceira posição no quadro, denotando certa perda de prestígio político dos grupos de interesse vinculados à pecuária, caso comparada com o papel ocupado pelo Serviço de Indústria Pastoral na 1ª República. Já o Serviço de Informação Agrícola, tão destacado nas falas oficiais como “poderoso coadjutor” das práticas ministeriais, comparece com modesta participação percentual, entre 2,5% e 1,2%, entre 1940 e 1945. Tentando cruzar tais informações com outras mais específicas, relativas aos gastos com material do Ministério, construiu-se o QUADRO IV, a seguir.

QUADRO IV – Ministério da Agricultura: distribuição interna das despesas por rubricas (1938 - 1945)

RUBRICA	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
Animais para remonta e trabalho	5,2	4,6	4,1	4,4	3,2	3,8	2,8	4,8
Viaturas, tratores	21,6	4,2	7,1	7,6	6,0	3,0	2,9	5,4
Publicações e impressões	5,3	2,7	5,5	5,0	6,7	7,8	1,7	1,4
Máquinas e utensílios.	16,3	25,4	30,0	19,7	18,8	10,3	16,0	13,0
Material para foto e filmagem	0,2	2,4	1,9	2,6	3,5	-	-	-
Material de campo	5,3	0,7	1,5	0,9	1,2	0,9	0,9	0,6
Adubos, fungicidas, etc.	2,5	2,7	2,6	2,4	2,3	-	7,1	6,4
Material escolar/Educação	4,5	5,3	5,8	5,4	6,5	5,2	4,8	2,9
Combustíveis e peças	6,8	7,3	5,1	4,9	6,5	7,3	6,8	6,3
Forragem/Alimentícios	3,4	4,0	2,8	2,9	2,8	2,9	4,2	5,1
Alimentação	8,3	8,0	3,9	4,4	4,2	5,4	5,7	4,5
Material para laboratórios e transformação	5,3	5,2	5,0	15,2	11,2	18,8	13,8	16,0
Produtos químicos para laboratórios	1,9	4,0	3,6	3,9	4,9	8,0	7,1	6,3
Sementes e mudas	0,4	6,8	6,0	6,5	6,3	7,3	6,2	6,7
Acondicionamento, armazenagem e transporte	6,6	6,9	4,3	3,8	5,2	5,9	5,0	4,7
Passagens	1,1	0,7	6,0	6,2	6,0	7,2	5,3	4,5
Reparos	-	6,9	4,3	3,3	4,7	6,2	9,7	11,4
Vacinas & soros	5,3	2,2	0,3	0,9	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. *Orçamento Geral da União*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1938-1945.

O QUADRO IV reforça aspectos interessantes sobre as políticas praticadas pelo Ministério da Agricultura. A começar pela rubrica que recorrentemente emerge como a principal dentre as despesas, “máquinas, ferramentas e utensílios”, elemento-chave da diretriz diversificadora/modernizadora adotada pela Pasta e baseada tanto na venda, empréstimo e doação desses itens, quanto na difusão de seu uso por meio de uma instituição paradigmática, os Campos de Demonstração, analisados adiante. Em ambos os casos o Ministério da Agricultura atuava como propagandista do que se conhecia como *industrialização para a agricultura* – quando de fato expandia-se uma agricultura industrializada –, vulgarizando marcas e produtos, nacionais e importados, que julgasse oportuno para a pretendida *modernização* agrícola, agora nomeada como *ruralização da economia*.⁵³

Dois outros destaques do Quadro são as rubricas “material para laboratório e transformação” e “condicionamento, transporte e armazenamento”. No primeiro caso, revela-se o crescente aparelhamento do Ministério para atividades de pesquisa, análise e experimentação, mormente após 1940, quando a verba ascende de modo significativo, coincidindo com a instalação do Cnepa e a busca pelo aprimoramento da qualidade comercial da produção agrícola brasileira, haja vista as inspeções e análises realizadas pelas sucursais dos Departamentos de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (DIPOA) e de Origem Vegetal (Dipov) implantadas em todo o país.⁵⁴ O projeto de centralização das decisões e

⁵³ BMA, set. 1943, p. 197.

⁵⁴ Fundada em 1938, a Dipoa, integrante do DNPA, contava com sete Inspetorias em todo o país sediadas, respectivamente, em Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Barretos e Porto Alegre. Cada uma delas gozava de jurisdição sobre uma região administrativa. A primeira englobava os estados de Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso e parte de Goiás; a segunda, Maranhão, Piauí e Ceará; a terceira, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba; a quarta, Bahia, Sergipe e parte de Minas; a quinta, São Paulo, Paraná, parte de Goiás e o Triângulo Mineiro e a sétima, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por esta definição, percebe-se a nítida tentativa de superar o recorte estritamente regionalista baseado em unidades federativas, representando um avanço no processo de nacionalização das decisões já apontado. O mesmo espírito presidiria a distribuição das Inspetorias regionais

descentralização das práticas adotado pelo Ministério avançava, ressaltando-se que a obrigatoriedade de registro junto às distintas seções e órgãos estendeu-se não apenas aos estabelecimentos industriais, como também a abatedouros, viveiros de plantas cítricas para mercado externo e firmas exportadoras de frutas, por exemplo.

Quanto à terceira rubrica citada, embora não revelando aumento expressivo no período, destaca-se por sua relativa constância em termos de participação percentual, traduzindo o empenho do Ministério em estabelecer tipos comerciais padronizados dos mais variados produtos agropecuários, seguindo o disposto pelo decreto-lei n° 334 de 15 de março de 1938, proposto pelo Conselho Federal de Comércio Exterior.⁵⁵ A intervenção padronizadora ficava a cargo do SER – uma das mais ativas divisões do órgão federal – em colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Dentre seus resultados figura a constituição de 27 produtos-padrão em 1939 e que saltariam para 46, em 1943. Na verdade, através deste expediente, o Estado chamava a si atribuições antes afetas às Bolsas de Mercadorias, golpeadas em algumas de suas prerrogativas. Logo, ainda que a padronização obrigatória dos produtos exportáveis brasileiros fosse uma antiga reivindicação de grupos de interesse patronais tão distintos quanto a SNA ou a União dos Lavradores de Algodão de São Paulo (ULA),⁵⁶ o Ministério as atenderia, porém chamando

do Diopv, em número de oito, sediadas em Belém, Recife, Salvador, Santos, Rio de Janeiro, São Francisco, Porto Alegre e Paranaguá. É nítido perceber que, enquanto as Inspetorias do primeiro Departamento privilegiavam áreas do Nordeste, as do segundo concentravam-se, em sua maioria, no Centro-Sul.

⁵⁵ Segundo o texto legal “fica estabelecida a classificação e fiscalização compulsória dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias-primas destinados à exportação para o estrangeiro, visando a sua padronização”. CLB, 1938, p. 456.

⁵⁶ A classificação e padronização da produção agrícola exportável era uma antiga demanda tanto da SNA – mais preocupada com o estabelecimento de tipos dos mais variados produtos – quanto da SRB ou da ULA – mais voltadas para a produção de matérias-primas para a indústria têxtil, haja vista serem muitos de seus dirigentes, simultaneamente fazendeiros e industriais.

a si a tarefa de definir e classificar os tipos disseminados *nacionalmente*,⁵⁷ sobrepondo-se, assim, aos regionalismos.

Quanto aos gastos com a distribuição de Sementes e Adubos, estes se revelaram estáveis no pós-1930, com ligeira vantagem para o crescimento daqueles destinadas ao último item entre 1943-1945, quando a dotação média da rubrica triplicou. Importa sublinhar que a constelação de forças políticas aquinhoada pelo Serviço de Sementes correspondeu, tal como na 1ª República, ao grupo organizado pela SNA que congregava, principalmente, proprietários dos complexos agrários do Nordeste e do Sul. Basta atentar para o fato de que os estados mais beneficiados por este tipo de prática foram o Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Alagoas e Pará. Agregando-se a isto informações prestadas pelas fontes oficiais – segundo as quais, no ano de 1939 os maiores volumes de sementes distribuídas foram as de algodão (25% do total), trigo (22%) fibras (11%) e arroz (6%) e, em 1943, aos dois primeiros produtos, além do milho (18%), arroz (12%) e feijão (10%)⁵⁸ – verifica-se que a diversificação agrícola para os mercados interno e externo não deixou de atender aos antigos quadros políticos ainda predominantes junto à Pasta, a despeito da incorporação de novos agentes, ligados à Sociedade Rural Brasileira.

Quanto à venda e distribuição de mudas pelos órgãos do fomento, não é possível observar sua destinação regional, apenas seus totais brutos por espécie, os quais demonstram que, enquanto em inícios da década de 1930 as mudas de cana constituíam a grande maioria do total fornecido, em 1943 essa primazia deslocou-se para as de cereais, integrando-se ao “esforço de guerra”.⁵⁹ O mesmo aconteceu com o volume de adubos, fungicidas e inseticidas distribuído, uma vez que a

⁵⁷ Em 1938 e 1945, o SER classificou, respectivamente, 39.400 e 60.580 toneladas de algodão.

⁵⁸ RMA. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939, p. 348 e RMA, op. cit., 1943, p. 123-125.

⁵⁹ RMA. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística da Produção, 1934, p. 56 e RMA, ibidem, 1943, p. 193.

fonte não discrimina as doações por estado ou região, sendo apenas possível constatar a ascensão progressiva do *quantum* repassado aos proprietários, que saltou de 26,3 toneladas no ano de 1934, para 1.600 toneladas, em 1944.⁶⁰ A adubação consistia em peça expressiva do esforço diversificador, não somente pela melhoria das espécies intentada pelo Ministério, como também pelo incentivo à instalação de fábricas nacionais voltadas para a produção de insumos agrícolas.⁶¹

Completando o quadro geral da política agrícola ministerial no pós-1930 resta analisar três outras modalidades de suas práticas, diretamente referidas à mediação entre grandes proprietários e Estados restrito no tocante aos Campos de Cooperação, Aprendizados Agrícolas e cooperativização rural. Em princípio todas elas representam, com algumas alterações, a continuidade de uma atuação já adotada na 1ª República a qual adquiria, agora, um caráter mais sistematizado e abrangente em termos nacionais. Começando pelos Campos de Cooperação, observa-se que sua finalidade e princípios pouco se alteraram posteriormente a 1930, preservando-se como uma modalidade de assistência técnica prestada pela Pasta diretamente aos grandes proprietários, mediante contratos anuais. Durante este período o Serviço de Fomento fornecia as máquinas, sementes selecionadas e assistência permanente de um agrônomo tidas como necessárias às *modernas* operações agrícolas demonstradas, cabendo o total da produção obtida ao “cooperado”, sempre em nome de “passar o agricultor da rotina para a lavoura mecânica, menos rude e mais compensadora”.⁶²

⁶⁰ RMA. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1944, p. 83.

⁶¹ Não somente a fala, como as práticas oficiais do MA valorizaram, ao longo de todo o período, a utilização da adubagem como meio de aprimoramento da qualidade da produção agrícola brasileira, tendo algumas de suas sessões se dedicado à pesquisa e experimentação de novas técnicas e tipos, como no caso da adubação verde, intentada entre os anos de 1938-1940. Além disso, o Ministério difundia – através de seus campos de cooperação e demais atividades junto aos produtores – marcas determinadas de adubos e fungicidas, tornando-se um verdadeiro “cartão de visitas” de determinadas fábricas nacionais, como a fábrica Ipanema, dentre outras.

⁶² RMA, op. cit., 1939, p. 13.

A partir de 1937, todavia, os Campos de Cooperação, doravante denominados de “campos anuais”, teriam sua tipologia acrescida de três novas modalidades: Campos de Cooperação Permanente; Campos de Demonstração Rápida e Campos de Cooperação Fiscalizada. Os primeiros, implantados em colaboração com prefeituras, transformar-se-iam em estabelecimentos especializados na produção de sementes e mudas, constituindo-se em polos dispersores locais das matrizes de alta qualidade, visando superar o inconveniente de serem elas adquiridas em regiões distantes daquelas onde seriam empregadas. Nesses novos tipos de campos, o Ministério privilegiou produtos como o algodão, trigo, centeio, milho e arroz, beneficiando, sobretudo a proprietários de estados do Nordeste e do Sul.⁶³

Já os Campos de Cultura Fiscalizada, criados em 1941, eram definidos como “o tipo apropriado aos meios rurais mais adiantados, onde as máquinas de desbravamento do terreno, de preparo do solo, de semeadura e trato culturais já são de uso corrente. São legítimas escolas de encorajamento para a prática de culturas pouco familiares ou muito dispendiosas e que exigem máquinas caras e mão-de-obra especializada”.⁶⁴ Nessa iniciativa, o Fomento participava com as sementes selecionadas, além da orientação técnica e das máquinas de colheita e/ou beneficiamento, buscando obter sementes excepcionais a serem adquiridas pelo próprio Ministério ou por ele recomendadas a particulares. Tal como no caso precedente, situaram-se, maciçamente, no estado do Paraná, secundado pelos do Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco.

Os Campos de Cooperação Rápida, por seu turno, voltavam-se ao chamado *pequeno lavrador* e consistiam na execução de trabalhos parciais referentes a uma dada cultura, tais como o

⁶³ RMA, op. cit., 1940, p. 13. Os Campos de Cooperação Permanentes situavam-se, em sua maioria, nos estados do Paraná, Bahia e Pará, perfazendo um total médio de cerca de 4.000 ha cultivados através dessa modalidade de auxílio público. RMA. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1942, p. 17.

⁶⁴ RMA, op. cit., 1942, p. 18.

preparo do terreno, o combate a pragas ou a colheita mecânica, junto aos quais atuavam as sucursais regionais do Ministério e seus agrônomos. Entre 1941 e 1942, o número desses novos tipos de campos elevou-se de 593 para 2.474, distribuindo-se entre os estados do Ceará (cerca de 60% deles), Bahia (20%) e Acre (10%).⁶⁵ Apreciados em seu conjunto observa-se que, a despeito de mais onerosos para o Ministério, foram os Campos de Cooperação Anuais os que responderam pelos maiores totais, seguidos pelos de Rápida Execução e os de Cultura Fiscalizada – igualmente contratados com particulares.⁶⁶

Também no tocante à qualificação da mão-de-obra rural, as iniciativas do Ministério da Agricultura continuariam a fazer-se sentir através dos Aprendizados Agrícolas, encarregados de ministrar um curso único e regular com duração de dois anos. Eles eram definidos como capazes de fornecer “a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas”.⁶⁷ Paralelamente a tais noções e supondo substituir-se à escola primária rural, manteriam um curso de primeiras letras, cujos rudimentos contribuíssem para o aprimoramento da “qualificação técnica” de seu *público-alvo*: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores e disponíveis para o internato. À guisa de remuneração pelos serviços prestados atribuía-se uma diária a cada interno, mantida sob a guarda do diretor de cada estabelecimento, juntamente com o produto da renda obtida pela venda dos gêneros aí produzidos às comunidades vizinhas. Se entre 1911

⁶⁵ Ibidem, p. 20-21.

⁶⁶ Os dados apresentados pelo Relatório do Ministério do ano de 1942 são bem ilustrativos a esse respeito, sobretudo considerando-se a *área total cultivada* por intermédio de cada uma dessas iniciativas: enquanto os campos anuais foram em número total de 1.054, correspondendo a uma área total em ha de 11.555, os de cooperação permanente foram apenas 108, com 4.403 ha cultivados, ao passo que os campos de cultura fiscalizada, em número de 1.245 – ou seja, um total superior ao do primeiro tipo – englobaram menor área cultivada, i.e., somente 8.577 ha.

⁶⁷ RMA, op. cit., 1933-1934, p. 57.

e 1928 o MAIC manteve entre cinco e oito Aprendizados, onde se matricularam entre 150 e 250 menores por ano, posteriormente a 1930 esses totais se elevariam significativamente, como o demonstra o QUADRO V.

QUADRO V – Ministério da Agricultura: total de alunos por aprendizado agrícola (1935-1940)

APRENDIZADOS	TOTAL DE ALUNOS		
	1935	1938	1940
Acre	-	49	50
Pará	137	150	130
Paraíba	156	142	150
Pernambuco	-	140	127
Alagoas	120	108	117
Sergipe	-	120	100
Bahia	179	136	135
Minas Gerais	284	101	139
Rio Grande do Sul	170	154	180
Rio de Janeiro	-	35	50
TOTAL	1.473	1.139	1.178

Fonte: RMA, op. cit., 1935, 1938 e 1940.

Destaca-se do QUADRO V que a capacidade de arregimentação da clientela pelos AAs parece ter-se quadruplicado, distribuindo-se eles, preferencialmente, pelos estados do Norte/Nordeste, secundados por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Por certo este último estado foi o mais bem aquinhado em todos os anos do Quadro, com a maior população de jovens internos, à exceção de 1935. Todavia, caso se some o total de alunos dos AAs no ano de 1940, evidencia-se que o Nordeste concentrou 809 deles, ou seja, cerca de 70% dos matriculados. Na verdade, na medida em que a instalação dos Aprendizados era uma das mais veementes demandas da SNA desde a década de 1910, a concentração de mão-de-obra qualificada junto a grandes proprietários nordestinos por ela agremiados seria, uma vez mais, priorizada pelo Ministério.

Finalmente ressalta a política de cooperativização agrícola do MA, um de seus principais eixos de atuação no pós-1930. Os pioneiros na difusão da doutrina cooperativista no Brasil foram alguns agrônomos que, para além da formação acadêmica comum – todos eles diplomados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro – tinham também como denominador comum o fato de pertencerem aos quadros do Maic, além de não possuírem qualquer ligação direta com a propriedade rural. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho foram os idealizadores de uma nova ordem social para o campo, calcada na *cooperativa/sindicato* como instrumentos de *incentivo à solidariedade e colaboração entre as classes* e de *superação do êxodo rural*. Em nome do *igualitarismo social*”, concebia-se um sistema integrado que funcionaria como elemento de subordinação da pequena produção agrícola aos ditames do mercado, que a ela imporiam características homogeneizadoras, através da cooperativa. À diferença de outros projetos, no entanto, este seria marcado por uma dupla peculiaridade: sua abrangência nacional e seu caráter público. Esses técnicos prescreviam a intermediação do Estado entre produtores rurais de distintos portes e relações com a propriedade da terra, conciliando e enquadrando interesses bem pouco comuns.

A despeito de suas escassas realizações na 1ª República, limitadas muito mais à consolidação de um ideário, seu trabalho daria frutos no imediato pós-1930, constituindo-se na posição vencedora junto ao próprio Ministério da Agricultura, em contraposição àquela que propugnava o sindicalismo-cooperativista, ligada ao grupo de Juarez Távora.⁶⁸ Com a implantação do Estado Novo e o afastamento deste grupo, o chamado *cooperativismo livre* ganharia espaço, com a adesão de representantes do Departamento de Assistência ao Cooperativismo de São Paulo. Superada essa tensão, a política de cooperativização agrícola do Ministério da Agricultura produziria

⁶⁸ A esse respeito ver MENDONÇA, op. cit. 2002.

resultados mais consistentes a partir de 1938. É curioso observar que historiografia especializada utiliza o tipo de material aqui compilado de forma parcial e incompleta, sendo comum tomarem-se os totais referentes a 1930 para, daí inferirem conclusões tidas como válidas até os anos 1960, deixando-se de lado a precária qualidade dos dados no período, referidos, na maioria das vezes, a cooperativas em geral, e não às agrícolas em particular, com exceção do ano de 1938, que fundamenta o QUADRO VI que se segue.

QUADRO VI – Total de cooperativas/cooperativas agrícolas por estado (1938)

Unidade da Federação	Cooperativas Agrícolas (A)	Total de Cooperativas (B)	(A)/(B) - %
Amazonas	03	03	100,0
Pará	01	01	100,0
Maranhão	01	02	50,0
Piauí	01	02	50,0
Ceará	08	11	72,8
Rio Grande do Norte	03	04	75,0
Paraíba	18	21	85,8
Pernambuco	20	40	50,0
Alagoas	12	13	92,3
Sergipe	02	02	100,0
Bahia	06	06	100,0
Espírito Santo	11	12	91,7
Rio de Janeiro	18	21	85,8
Distrito Federal	06	22	27,3
São Paulo	29	55	52,7
Paraná	13	13	100,0
Santa Catarina	15	16	93,8
Rio Grande do Sul	114	119	95,8
Minas Gerais	10	25	40,0
Mato Grosso	01	01	100,0

Fonte: RMA, op. cit., 1939.

Um ponto expressivo revelado pelo QUADRO VI é que, malgrado a literatura especializada se refira reiteradamente ao “descaso” do Estado quanto à cooperativização nos estados do Nordeste entre 1930-1945, eles foram objeto da ação do Ministério da Agricultura, ainda que dentro da correlação de forças políticas que deu sustentação ao Estado Novo. A amostragem permite inferir a maior incidência de cooperativas de produção agrícola nos estados do Rio Grande do Sul (95,8% do total de cooperativas); Santa Catarina (93,8%); Espírito Santo (91,7%); Rio de Janeiro (85,8%); Rio Grande do Norte (75,0%) e Ceará (72,8%). Outros estados, embora apresentando número significativo de cooperativas agrícolas, encontram-se em faixas bem inferiores a 70% como, por exemplo, São Paulo que, acusando elevado total de cooperativas, contava com somente 52,7% delas como sendo de produção agrícola. Paralelamente a isso, há unidades da federação com 100% de cooperativização agrícola – como Amazonas, Pará, Sergipe e Bahia – embora com totais brutos de pequena monta. Vale o registro, entretanto, de serem, uma vez mais, os estados nordestinos aquinhoados com os mais altos índices de participação de cooperativas *de produção agrícola* sobre o total registrado junto ao Ministério.

Considerações Finais

Comparando-se a atuação do Ministério da Agricultura no decorrer da 1ª República e no período compreendido entre 1930-1945 é possível tecer alguns comentários conclusivos referentes a três ordens de questões: a política agrícola propriamente dita, a reconfiguração do Estado e a correlação de forças junto ao bloco no poder e, finalmente, os quadros dessa agência da sociedade política.

No tocante aos grandes eixos da política agrícola, é possível perceber continuidades significativas entre ambos os contextos destacando-se, sobretudo, a preocupação dos grupos de interesse inseridos junto ao Ministério em preservar suas práticas voltadas à diversificação agrícola para o mercado interno, quer como contratendência à baixa cotação internacional de certos produtos

agropecuários exportáveis, quer como instrumento minimizador de déficits da Balança Comercial, numa conjuntura mundial adversa como aquela inaugurada pela crise de 1929. Semelhante continuidade seria assegurada mediante a adoção de uma política centralizadora das diretrizes imprimidas à pesquisa agrícola no país, destinada à busca de novas alternativas produtivas, quer no tocante à variedade de produtos, quer no tocante à sua qualidade. Nesse sentido, o Ministério revelou-se um importante instrumento de subordinação da agricultura à indústria no Brasil beneficiando, com sua política, setores cuja produção a ela destinava-se, bem como difundindo, através de sua ação propagandística, os “benefícios” da racionalização produtiva através da adoção de máquinas, adubos e demais insumos agropecuários.

Por outro lado, o espectro da diversificação agrícola pretendida chegaria a revelar uma ruptura com a política agrícola do pré-1930, posto que se estenderia, igualmente, às exportações brasileiras via incentivo a novos produtos, mormente cítricos, oleaginosos e fibras, além de gêneros de primeira necessidade propriamente ditos. A configuração administrativa da Pasta e suas reformas ao longo do período espelham tal inovação, como se depreende da criação de múltiplas agências ministeriais especificamente voltadas a tal fim. Exemplifica essa nova tendência a imposição da padronização compulsória dos produtos agrícolas, visando a seu aprimoramento/valorização junto ao mercado ou a obrigatoriedade do registro, junto ao Ministério, de empresas ligadas à produção exportável, fossem elas agropecuárias ou industriais.

A conjuntura política posterior a 1930 repercutiria diretamente sobre a Pasta da Agricultura, nela inscrevendo seus rumos e características específicos. Dessa forma, uma vez que a nova correlação de forças geraria um duplo processo de centralização política/subordinação de regionalismos e de realinhamento dos grupos políticos da 1ª República junto ao próprio aparelho estatal, o Ministério da Agricultura não esteve infenso a ele. Assim, verificou-se em sua própria materialidade uma tendência à nacionalização das decisões de política agrícola a qual, por sua vez, concretizou-se tanto na imposição das diretrizes do Ministério às Secretarias Estaduais de Agricultura, quanto na

proliferação de sucursais da Pasta, sistematicamente integradas, por todos os estados do país. Isso significa que o Ministério da Agricultura, aprofundando tendências já esboçadas na República Velha, seria também instrumento estratégico na construção do Estado Nacional.

Foi, contudo, no âmbito político, que se observou a maior descontinuidade no tocante à atuação do Ministério da Agricultura com relação ao período anterior. Enquanto na 1ª República a agência constituir-se-ia numa versão “estatizada” da SNA, buscando contrarrestar a hegemonia da grande burguesia paulista, ausente de seus quadros e demandas, agora, o Ministério assumia, mais que antes, o caráter de espaço político de acomodação de conflitos intraclasse dominante, chamando a si representantes de grupos de interesse ou entidades de classe junto a ele, até então, não representados. De uma forma ou de outra, o Ministério da Agricultura contribuiria para a consolidação de uma nova concepção acerca do papel do Estado junto à sociedade em geral e à agricultura em particular, baseada no princípio da extensão de sua presença a um número cada vez mais amplo de domínios do próprio espaço produtivo, configurando uma dinâmica interativa entre Estado e Sociedade no Brasil, cujo fulcro residiria na estatização dos conflitos, bem como na lenta subordinação da agricultura à indústria no país.